

Muito jovem e carregado nas diferenças em todos os sentidos, o Brasil tem ainda aberta a lamentável chaga da escravidão, mazela que, além da história de sofrimento que provocou, serviu como verdadeira disseminadora das sementes da desigualdade social, que nunca puderam ser recolhidas. Enquanto imigrantes aqui chegavam e tinham a chance de, às custas de muito trabalho (reconheça-se), formar seus patrimônios, que seriam transmitidos geração após geração para que seus descendentes não comessem “do zero”, os escravizados tinham a modesta meta de apenas sobreviver e, mesmo após libertos, sequer encontravam uma sociedade minimamente receptiva, o que tornava utópica uma eventual ideia de patrimônio a ser transmitido.

Tal diferença, quando projetada ao longo de gerações, é combustível de desigualdades sociais das mais profundas, em desfavor da descendência de uma parcela muito grande da população brasileira, senão a maior. Só este fato já diz muito contra a ideia de que a famigerada meritocracia seria suficiente para ascensão social e redução de desigualdades.

Sem dúvida, patrimônios vantajosos e transmitidos respaldam condições mais favoráveis de competição por limitadas oportunidades em ambientes comuns, seja na formação, no mercado de trabalho, nos estudos ou na posição social.

A raiz do problema a que nos referimos ocorre há cerca de cinco ou seis gerações, o que é praticamente “ontem” em termos de formação econômica de um país. Por isso podemos prever que não há solução fácil, muito menos próxima, mas que também não há tempo a perder.

Saindo da Colônia, pulando o Império, na República a geração atual presenciou a vergonhosa página da ditadura militar na história do Brasil até chegarmos aos tempos mais recentes, especificamente ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na virada do século, que carrega o mérito da luta hercúlea contra a inflação, vencida com o exitoso Plano Real (lançado oficialmente no governo anterior, mas com digitais predominantes dele). Eram tempos em que o Brasil era desacreditado pela hiperinflação e praticamente reconquistou respeito internacional com o trabalho de “quebrar pedra” de FHC.

Sob um cenário mais organizado pós-Plano Real, com o discurso de acabar com a fome, Lula chega a Presidência da República em 2003 e imediatamente põe em marcha o “Fome Zero”. O que hoje o tempo dilui a dimensão do problema, o jornalismo documentou na virada entre os dois governos a existência de 20 milhões de brasileiros em situação de fome.

Desse cenário sombrio, logo no primeiro ano de governo o resultado exitoso foi a saída do Brasil do “Mapa da Fome” da ONU. Com a subsistência muito menos ameaçada é natural que o ser humano busque outras conquistas.

Também no início do primeiro governo Lula chegou o “Bolsa Família”, um programa que até hoje distribui renda com dignidade às famílias vulneráveis, mediante contrapartidas sociais, entre elas frequência escolar das crianças e vacinação atualizada.

O que parecia só mais um programa social mudou radicalmente nossa economia, vez que, muito além de uma ajuda pontual, trouxe inédita aptidão ao consumo a um gigantesco contingente de excluídos sociais, potencializando sobremaneira o mercado consumidor brasileiro. Foi a prova de que cuidando dos excluídos toda a economia foi beneficiada.

A ideia de distribuir recursos financeiros sem vínculo de trabalho era absolutamente inédita e serviu como referência para muitas outras experiências semelhantes no mundo todo, por conta dos efeitos provocados. De tão disruptivo que foi o Bolsa Família, hoje, mesmo que se decidissem por dobrar o valor do benefício, não chegaria aos pés do que foi seu lançamento.

Assim, Lula aproveitou o importante trabalho de FHC e inovou ao realmente levar às bases da pirâmide social os benefícios do que podíamos chamar à época da estabilidade econômica. Ninguém se preocupava com eles até então.

Por falar em disrupção, a sucessão entre FHC e Lula foi um período de 16 anos riquíssimo em oportunidades, quando lembramos das determinações contra a hiperinflação de um, e pela inclusão social do outro, que, infelizmente, hoje não há a menor perspectiva de que se repita. Daí a importância de não permitir retrocessos à oportunidade que se concretizou na virada do século.

Bom exemplo da facilidade de regresso é o de que, no governo anterior ao atual, da mesma orientação ideológica que hoje disputa o Planalto como oposição, o Brasil não só voltou ao Mapa da Fome da ONU, mas também exibiu ao mundo uma progressiva fila de pessoas excluídas em busca de ossos descartados para alimentação da família. Um terceiro mandato de Lula foi preciso para rapidamente retirar o país dessa posição ingrata.

Isso nos faz refletir o quanto o Presidente Lula realmente buscou executar o que declarou no início de seu primeiro governo, que teria cumprido sua missão de vida se, ao término de seu

mandato, cada brasileiro tiver o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar.

Portanto, nossa história de diferenças e exclusão sociais severas, que ainda produz efeitos, bem como o recente flerte com o retrocesso nessa questão socioeconômica, me faz entender que o Brasil ainda precisa muito como governante de alguém realmente comprometido com a redução das desigualdades. E até hoje nenhum outro líder foi capaz de mostrar tamanho comprometimento.

Mas entender a importância da busca da redução das desigualdades não significa ignorar outros desafios econômicos que precisamos enfrentar. Cabe sempre questionar se, junto com a melhorias sociais, não seria melhor contar com gastos públicos mais controlados, que não demandassem tantos impostos e não exigissem juros tão altos para a economia; ou se a máquina pública não poderia ser mais eficiente; ou se com maior equilíbrio não poderíamos contar com mais investimentos públicos; ou quando conseguiremos deixar a situação de que qualquer incentivo a um crescimento econômico maior gera inflação, que requer juros.

Não há a menor dúvida de que a resposta é sim a todas, sendo muito melhor equacionar tais pendências junto à redução das desigualdades. Mas a questão é que a correção de tais desafios é menos difícil quando comparamos com os efeitos das desigualdades sociais, que perduram há séculos e que ainda ninguém se mostrou tão determinado e preparado a enfrentar quanto Lula.

Como conceito que poucos notam, convém entender que, embora pareçam sinônimos, para a economia há uma diferença enorme entre crescimento e desenvolvimento: enquanto o crescimento se refere à simples variação positiva de um agregado econômico qualquer, o desenvolvimento, muito mais nobre, está focado em como garantir a sustentabilidade do crescimento ao longo do tempo, que tem um envolvimento considerável de fatores sociais.

Com isso, concluo que qualquer pessoa pode defender a ideologia que desejar, mas ninguém tem o direito de se enganar: o Brasil nunca será um país desenvolvido enquanto arrastar o passivo social tão pesado da desigualdade social.